



Perspetivas OCDE - Empresas e Finanças 2015

Sumário em Português

Cumprir promessas numa conjuntura de taxas de juro baixas

A primeira edição das Perspetivas OCDE - Empresas e Finanças analisa o modo como as empresas, os bancos, os intermediários da banca paralela e os investidores institucionais estão a tentar lidar com uma conjuntura de taxas de juro muito baixas e as mudanças estruturais na economia global. As 'promessas' de crescimento, emprego, rendimentos para a reforma são consideradas como estando sob risco devido à ausência de medidas em matéria de políticas.

O investimento das empresas e o quebra-cabeças da estagnação

Na sequência das políticas monetárias flexíveis suscitadas pela crise, os mercados financeiros têm registado uma forte recuperação, ao mesmo tempo que as empresas que investem capital parecem não estar a ver as mesmas oportunidades de criação de valor. Apesar de taxas de juro em mínimos históricos, o crescimento da economia está a estagnar em muitas regiões devido em parte à falta de investimento. Isto aplica-se às empresas dos setores da indústria, das infraestruturas e da energia limpa. Os dados bottom-up de 10 000 das maiores empresas mundiais que integram o Índice de Ações Mundiais (World Equity Index) da Bloomberg relativo aos países avançados e emergentes são utilizados para explorar este quebra-cabeças, permitindo a utilização dos dados relativos às despesas de capital e dos dados financeiros correspondentes para o período 2002-2014.

Tendências, desenvolvimentos e preocupações em matéria de políticas nos mercados financeiros

As políticas e as respostas regulamentares às crises tendem a estender os excessos financeiros a outros setores ou regiões. A resposta à crise de 2008 estendeu o risco aos setores da banca paralela e das obrigações de empresa. A banca paralela faz intermediação de crédito entre investidores com elevada e reduzida liquidez na sua tentativa de reutilização de valores mobiliários e de conseguir acesso, direta ou artificialmente, a produtos alternativos de maior rendimento e menor risco num mundo de taxas de juro reduzidas e risco de longevidade crescente. Na raiz do problema está uma série de promessas implícitas que foram feitas aos investidores e que é pouco provável que venham a ser cumpridas devido à ausência de alterações de âmbito estrutural e de uma melhor regulação.

Assim sendo, as perspetivas relativamente à situação dos fundos de pensões e das empresas de seguros de vida em termos de solvência são preocupantes. Na medida em que as suas promessas estão associadas a parâmetros dinâmicos ou podem ser ajustadas à nova conjuntura de taxas de juro baixas, inflação e crescimento reduzidos, estas instituições podem conseguir superar a situação. Contudo, há uma preocupação muito concreta em termos das perspetivas financeiras caso estas instituições se

envolvam fortemente numa ‘procura de rendimentos’ excessiva para satisfazerem quaisquer promessas de garantias fixas que possam ter feito quando as taxas de juro eram mais altas. Os reguladores e decisores políticos devem manter-se vigilantes.

As pequenas e médias empresas (PME) são essenciais para a recuperação da economia relativamente à atual crise económica e financeira. A crise veio reduzir a concessão de crédito por parte dos bancos e afetou em especial as PME dado que, nos períodos de abrandamento da economia, as fontes de crédito tendem a esgotar-se mais rapidamente para as pequenas empresas do que para as grandes. Desde que a crise começou, surgiram lacunas ao nível dos empréstimos bancários, que são particularmente pertinentes fora dos Estados Unidos. Assim, propõe-se uma abordagem de duas vertentes para fomentar o financiamento às PME (na medida em que se trate de um problema de oferta): primeiro, devolver a saúde aos bancos para melhorar a concessão de crédito; e, segundo, apoiar o desenvolvimento de uma vasta gama de financiamentos não bancários para as PME nos mercados obrigacionistas e de ações, sendo este último especialmente adequado a PME dinâmicas, de pequena dimensão e orientadas para a inovação. Dada a diversidade do setor das PME, o financiamento continua a ser complexo, exigindo uma série de instrumentos e abordagens. Os responsáveis pela elaboração das políticas podem ajudar providenciando apoio regulamentar e dar apoio na melhoria da transparência e normalização dos dados, bem como na sensibilização relativamente às opções de financiamento disponíveis.

As recentes tendências dos fluxos financeiros globais e transfronteiriços regionais envolvendo empresas multinacionais são analisadas utilizando dados sobre fusões e aquisições internacionais, bem como sobre o investimento estrangeiro direto. São examinados três fatores principais que estão a moldar as perspetivas futuras. São eles: tendências económicas mais alargadas, o crescente envolvimento dos governos na governação da economia global e a sustentabilidade do investimento das empresas multinacionais de economias de mercados emergentes.

Reforço do financiamento das empresas baseado no mercado

Nos últimos dez anos, o recurso aos mercados de capitais por parte das empresas registou várias mudanças importantes. Estas alterações foram em parte impulsionadas por acontecimentos macroeconómicos que afetaram as fontes tradicionais de financiamento e transferiram parte da dívida das empresas do crédito bancário tradicional para as obrigações de empresa. Podem ter sido influenciadas por alterações ao nível da regulação que poderão ter contribuído para um decréscimo na utilização dos mercados de ações públicas por parte das empresas de pequena e média dimensão. Verificaram-se também alterações profundas no funcionamento dos mercados de ações secundários e nas práticas de trading durante a última década que suscitam questões de política importantes no que diz respeito à garantia de condições equitativas entre investidores e a uma determinação eficiente dos preços. Por último, numa conjuntura de taxas de juro baixas, em que os investidores institucionais são pressionados a satisfazer as obrigações que têm para com os seus clientes, as empresas também tiveram de reagir às campanhas dos investidores no sentido de dividendos mais altos e programas de recompra de ações

Reforma das políticas em prol da concorrência tendo em vista o investimento e o crescimento

A promoção da concorrência foi declarada uma prioridade pelo G20 em 2014, reconhecendo que é a concorrência no mercado entre empresas que proporciona a estas um incentivo para reduzirem custos e criarem novos e melhores produtos. Os dados concretos sobre a economia demonstram que algumas das reformas estruturais mais eficazes para promover o crescimento são as que aumentam a concorrência no mercado dos produtos. Por outro lado, as restrições que mais prejudicam a concorrência resultam muitas vezes de empresas públicas (EP) protegidas, ou de políticas regulamentares que limitam desnecessariamente a concorrência. Uma vez que a propriedade estatal está a assumir maior relevo na economia mundial, torna-se cada vez mais importante garantir que as EP enfrentam condições de concorrência idênticas às das empresas do setor privado. Identificar e reformular os regulamentos mais prejudiciais pode ser um exercício difícil e, em muitos casos, desafiante em termos políticos. A quantificação dos benefícios e os relatos das experiências de outros países podem ajudar a explicar e a angariar apoio político para as reformas. Descrevem-se aqui alguns casos.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2015), *OECD Business and Finance Outlook 2015*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264234291-en